

O Plano Clima e as gerações futuras

» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO

Engenheiro florestal, conselheiro do Conama, representando a sociedade civil da Região Centro-Oeste

Na reunião (11/9/24) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), da qual participei como convidado, tive a oportunidade de conhecer a força de jovens que fazem parte do Conanda, representando diferentes partes do Brasil, e me orgulhar de ver que há, em nosso país, uma galera nova se preparando e se empoderando para assumir diferentes e necessárias lutas na busca de um país mais justo e que respeite as futuras gerações. Ressaltei a importância da articulação com as diferentes políticas públicas, especialmente na questão do plano clima e no apoio à tramitação em regime de urgência, do PL nº 2225/2024, de autoria da Dep. Laura Carneiro, que estabelece o Marco Legal Criança e Natureza.

O Plano Clima Brasil, em processo de elaboração no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, sob a condução da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do MMA, talvez seja o mais importante plano para o país nas próximas décadas, tendo em vista os impactos a médio e longo prazos, positivos ou negativos, que poderá ocasionar às futuras gerações, bem como a condição estratégica ímpar que o país possui em função da sua dimensão continental e a sua importância para o planeta Terra. Uma série de audiências públicas está ocorrendo em todos os biomas brasileiros, buscando uma ampla participação social na elaboração do Plano, o qual pretende delinear as principais estratégias e planos setoriais para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, tendo como meta principal o que foi definido no acordo de Paris, cujo objetivo é manter o aumento da temperatura global bem abaixo de 2°C, com esforços para limitar a 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais.

Entendo que a sociedade deva estar bastante atenta ao que será previsto no Plano Clima Brasil, tendo em vista que se não forem atacadas as principais causas da emissão de gases do efeito estufa (GEE), pouca serventia terá para que se possa garantir de forma segura as condições mínimas para que as futuras gerações possam viver dignamente no ambiente que será deixado pelo que foi feito e planejado pelas atuais gerações.

O que estamos assistindo no Brasil é assustador e extremamente preocupante com que poderá acontecer nos próximos anos, com o aumento da emissão de GEE, em função principalmente do contínuo desmatamento provocado pelas mudanças no uso do solo ocasionadas pelo avanço da fronteira agrícola (agronegócio), especialmente na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, com as queimadas que avançam a cada ano em todos os biomas e com o aumento do uso e da exploração de combustíveis fósseis (petróleo e gás).

Em resposta aos sérios impactos que as



G O M E Z

queimadas estão ocasionando em todos os biomas brasileiros e à própria população, o presidente Lula anunciou a criação da Autoridade Climática, fato que confere ao país um status de maior relevância no trato da questão do enfrentamento às mudanças climáticas. Resta saber se essa Autoridade Climática terá força suficiente para que o governo possa, de fato, implementar o que é necessário para reduzir as emissões de GEE para controlar o aumento da temperatura em nosso país, mantendo -a em níveis aceitáveis para que as gerações futuras vivam em condições ambientais dignas.

Não precisamos ser especialistas para deduzir que é com ações que atinjam os setores do agronegócio e dos combustíveis fósseis, disparados os maiores emissores de GEE, que o Plano Clima possa realmente ser eficaz e fazer diferença, garantindo um futuro promissor para as futuras gerações. É inadmissível que o governo federal continue incentivando, por meio de isenções fiscais, o agronegócio em ações que levem a novos desmatamentos e, conseqüentemente, a queimadas incontroláveis. É inadmissível que o governo federal conceda licenças para novas prospecções visando à exploração de petróleo na margem equatorial e em qualquer outra parte do nosso território, bem com a exploração de gás natural, especialmente a que se utiliza do método de fracking. Isto realmente não é compatível com um Plano Clima que se proponha a controlar e reduzir as emissões de GEE.

Todas as outras estratégias e os planos setoriais, por mais bem delineados que sejam, não serão suficientes para se atingir as metas que se pretende e conter o aumento da temperatura, que já está acontecendo agora. O corte tem que ser na carne e o governo federal tem que mudar a sua estratégia em relação a estes setores. Infelizmente, as forças pendem para o lado do avanço da fronteira agrícola e da exploração e uso de petróleo.

Na Coreia do Sul, em decisão inédita no mundo (29/8/2024), o Tribunal Constitucional, após julgar ação movida por ativistas da sociedade civil, concluiu que a ausência de metas legalmente obrigatórias para redução de GEE para o período de 2031 a 2049 viola os Direitos Constitucionais das próximas gerações, e que o governo não cumpriu o dever de proteger esses direitos. Os juízes deram à assembleia nacional e aos líderes sul-coreanos até 28 de fevereiro de 2026 para emendar a lei para incluir essas metas de longo prazo.

Acredito que, no Brasil, a sociedade terá que fazer a mesma coisa, acionar o Supremo Tribunal Federal com o objetivo de garantir um efetivo controle das emissões de GEE e o direito previsto na constituição brasileira, conforme o Artigo 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Ponto sem retorno

» MARCELO COUTINHO
Professor da UFRJ especialista em hidrogênio verde

Pontos de não retorno são limiares de destruição do meio ambiente depois dos quais não há como voltar atrás e, assim, um futuro de tragédias se torna inevitável. A degradação do clima com as emissões de carbono chegou a um tal nível no mundo, hoje, que não é mais possível salvar ecossistemas inteiros. As mudanças climáticas não podem mais ser paradas e, por causa disso, o futuro da humanidade é mesmo sinistro, especialmente em países como o Brasil. Está vindo tudo rápido demais, muito mais rápido do que os cientistas calcularam. Preparem, então, os seus próximos anos. Estejam prontos o quanto puderem para o que está por vir.

A Amazônia passou do ponto de retorno. O Pantanal passou do ponto de retorno. O degelo no Ártico e Antártida passou do ponto de retorno. O calor dos oceanos passou do ponto de retorno, ainda mais o Atlântico Norte. Em meados deste século, não haverá mais Amazônia, nem Pantanal. Nem geleira em diferentes áreas da Antártica, talvez nela inteira. Nem na Groelândia e no solo congelado do Ártico. Caos, sim, aterrador. Antes tudo isso fosse sensacionalismo, mas, infelizmente, é preciso dizer, agora, que chegamos a esse ponto sem retorno. É preciso dizer para que nos preparemos, pois centenas de milhões, bilhões de vidas dependem disso. Brasileiros estão morrendo sufocados. O SUS já sente os efeitos.

Carvão, petróleo, gás natural e biocombustíveis são os quatro cavaleiros do apocalipse. E ao contrário da Bíblia, entre esses quatro não há nenhum deles que seja o nosso redentor. Estão destruindo o clima, manchando a atmosfera e fervendo as águas. Lua de sangue com tanta fumaça que sobe das queimadas. Sol em brasa com a taça da ganância derramada sobre ele. Os donos do poder, sobretudo dos últimos 20 anos, foram muito, muito irresponsáveis. Entregaram-se aos demônios completamente. Como maníacos possuídos ignoraram o que a ciência alertava, sempre querendo mais e mais, mais e mais. Agora, o inferno começou a subir para a Terra com um calor mortal, e não há mais como evitar um encadeamento tenebroso de eventos extremos — daqueles de filme de ficção científica.

Somos testemunhas oculares do fim do mundo como o conhecíamos. Algo deveria ter sido feito desde o Acordo de Paris de 2015. Daria tempo. Não foi, nada fizeram de verdade. Algo pelo menos deveria ter sido feito nos últimos dois anos com a iminência mais clara ainda de chegarmos aos 1,5°C. Não foi feito. Nesse período, batemos mais recordes de poluição, um atrás do outro, passamos dos 40 bilhões de toneladas de carbono lançadas no ar. E, agora, em 2024, devemos chegar a 44 bilhões. Uma verdadeira insanidade coletiva, que me leva a concluir que passamos do ponto de retorno. Eles continuarão abrindo poços de petróleo, continuarão usando carvão. Eles continuarão dizendo que gás natural e biocombustíveis são transição energética. Mentira, demônios!

A Petrobras diz e repete que planeja chegar ao seu apogeu de produção de petróleo em 2030, e só em 2040, espera talvez — caindo finalmente na curva — chegar de novo aos níveis atuais de produção elevadíssimos. Ou seja, não tem jeito. Acabou. Era para estarmos diminuindo a produção dos combustíveis fósseis no mundo todo há anos, e o contrário disso acontece. Mas essa dura verdade não significa que devemos desistir. Ao contrário. As pressões por uma transição verdadeira devem se tornar de agora em diante asfixiantes para esses cavaleiros infernais. Se alguém ainda tem algum juízo no poder público, chegou a hora de mostrar-se, obrigando essa transição na marra, e não adulando usineiro que desmata e põe em chamas metade do país. O agronegócio com os biocombustíveis virou a besta que nasce da Terra. Enquanto a Petrobras é a besta que nasce do mar, e na Foz do Amazonas.

Cada país tem as suas bestas, e elas emergem cada vez mais fortes. Não é possível mais evitar os eventos extremos do aquecimento global e mortes em massa, de fazer o Holocausto virar uma fração do eclipse final, mas ainda é possível manter algo de civilizado na humanidade. Algo do Brasil pode restar, sobreviver. Temos que transitar rapidamente para os carros elétricos, para o aço e o cimento verde, para o hidrogênio verde, para as eólicas e solares. Se querem preservar seus veículos de combustão, que capturem carbono do ar e o misturem com H2V, produzindo os sintéticos. Agora! Não no ano que vem. Agora! Se querem continuar expandindo a fronteira agrícola, que usem, então, fertilizante com amônia verde e parem de acelerar a decadência florestal. As soluções estão aí, e passem também por começar a recuar as cidades costeiras. Tudo isso sai muito mais barato do que o Armagedon, pode ter certeza.

A relatividade das fontes de energia

» ROSANA SANTOS

Diretora-executiva do Instituto E+Transição Energética

O Brasil ocupa um papel estratégico na transição energética global graças principalmente à qualidade das suas matrizes energética e elétrica, além do potencial ainda inexplorado de fontes renováveis. Essas características devem ser valorizadas e aproveitadas, tendo em vista a importância de o país evoluir para uma economia com baixas emissões de carbono em meio à urgência das mudanças climáticas.

Essa condição também pode refletir no desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que nos permite ampliar a atuação no comércio internacional por meio da fabricação dos produtos descarbonizados dos quais boa parte do mundo precisa para cumprir as metas do Acordo de Paris, mas não tem como produzir justamente pela falta de recursos renováveis.

A disponibilidade de minerais críticos e nossas condições geográficas e de infraestrutura também são, de maneira geral, pontos a nosso favor. Mas, apesar dessas vantagens do país na corrida contra as mudanças climáticas, os impactos ambientais das fontes de energia vão muito além de emitirem ou não gases de efeito estufa: ainda não se descobriu alguma que supere a regra clássica da economia informal de que não existe almoço grátis.

Por exemplo, as grandes hidrelétricas com reservatórios, hoje fundamentais para a continuidade do

fornecimento de energia elétrica em meio às oscilações das usinas eólicas e solares, exigiram o alargamento de áreas imensas, com perdas extremamente relevantes para a flora e a fauna brasileiras. Os biocombustíveis, que se destacam pelo fato de as emissões de carbono de sua queima serem compensadas durante o crescimento das plantas usadas na sua produção, comportam todos os problemas das monoculturas agrícolas: o uso excessivo de território e água, a dependência de fertilizantes em sua maioria produzidos a partir de gás natural e o uso de diesel no maquinário das fazendas, entre outros.

Já no caso das "novas" renováveis, as questões vão do risco de aumento da desertificação em áreas da caatinga à necessidade de serem complementadas por geração térmica que, assim como as grandes hidrelétricas, é usada para "firmar" o seu funcionamento. Nos últimos anos, a legislação e a fiscalização ambiental têm sido aperfeiçoadas para reduzir tais impactos. O exemplo mais significativo nesse sentido foram os limites impostos aos reservatórios das hidrelétricas, ainda nos anos 2000.

O aumento da eficiência nos cultivos, a possibilidade de uso de fertilizantes produzidos com hidrogênio de baixas emissões, a adoção de biogás (gerado a partir de resíduos agrícolas das próprias fazendas) e o controle do desmatamento são alternativas para contornar, pelo menos parcialmente,

os problemas por trás do etanol e biodiesel.

A evolução das exigências ambientais e a possibilidade de integração dos projetos de usinas eólicas com culturas agropecuárias são alternativas na mesma direção. Já no que diz respeito às fontes fósseis, o efeito estufa é tão relevante entre suas consequências negativas que hoje praticamente não são abordados seus impactos diretos em termos de saúde pública e destruição de ecossistemas.

Existem alternativas para reverter essas emissões? A captura e o armazenamento de carbono são a principal promessa do setor de óleo e gás. Mas, por enquanto, essas frentes se limitam a projetos experimentais, com custos excessivos e vinculados justamente ao aumento da produção (e das correspondentes emissões no uso desses energéticos), e não o contrário. Os benefícios proporcionados pelas fontes renováveis de energia em termos de mudanças climáticas e vantagens econômicas não as eximem de outros impactos ambientais, que precisam ser fiscalizados, evitados e combatidos.

Mas, em termos de transição para o baixo carbono e da emergência em que vivemos, é inegável que sejam as melhores opções. Quanto às fontes fósseis, a direção virtuosa passa por uma paulatina redução da dependência, por meio de um phase out que fortaleça a posição do Brasil como potência global da economia verde.